

9º Encontro Anual da Anpocs;

GT26 O pensamento social latino-americano: legado e desafios contemporâneos

Bolivarianismo e luta hegemônica no Brasil: (re)significações do conceito durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015)

Mayra Goulart

Doutora em Ciência Política e professora do
Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ.

Vladimir Lombardo Jorge

Doutor em Ciência Política e professor do Departamento
de Ciências Sociais da UFRRJ.

setembro de 2015

Introdução:

O propósito deste artigo é discutir a luta hegemônica travada entre dois sujeitos políticos que, a despeito de suas inúmeras similitudes, disputam a adesão da sociedade brasileira e o acesso às estruturas e recursos de poder do Estado. Estes sujeitos se encontram simbolizados, no espectro político-partidário, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na medida em que suas inúmeras fragmentações internas e ambiguidades ideológicas, são simplificadas a partir da relação de antagonismo, entendida à luz do conceito de luta hegemônica, segundo o qual suas identidades são definidas sob uma perspectiva relacional.

Sendo assim, na primeira seção deste artigo, será apresentada a definição de hegemonia, tal como delineada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Em seguida, demonstrar-se-á sua aplicabilidade ao caso aqui estudado através da apresentação do contexto político-social instaurado no Brasil após a sua re-democratização em 1988.

Na segunda seção do trabalho, será apresentado o conceito de bolivarianismo, enquanto símbolo de um movimento de ruptura (*proceso de cambio*) em favor de grupos tradicionalmente excluídos política e economicamente e de uma ideologia caracterizada pela crítica ao neoliberalismo e às elites a ele associadas. Ademais, a partir de um breve resgate da história latinoamericana, serão observadas as transformações e inflexões do bolivarianismo como força política, cujo principal ator é o presidente venezuelano Hugo Chávez. Com isso, será possível delinear relações de continuidade ou descontinuidade com os modos pelos quais o conceito é mobilizado no cenário brasileiro.

É esta hipótese que queremos aplicar ao episódio da visita dos senadores brasileiros a Caracas, apresentando-a como caso exemplar e radical de um fenômeno recorrente ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores. Realizada em um contexto de substancial recrudescimento da polarização no Brasil e fragilidade do governo, vulnerabilizado por uma crise política e econômica, a comitiva organizada pelos senadores do PSDB para visitar dois líderes da oposição venezuelana, pouco tem a ver com a relação entre os dois países. Para isso, discorrer-se-á sobre o episódio, ocorrido em junho de 2015, quando duas comitivas lideradas, respectivamente, por senadores da oposição e do governo brasileiro com o propósito de visitar a capital venezuelana. Sendo

assim, ao longo deste trabalho espera-se demonstrar que o intuito da oposição brasileira é fustigar o governo, através de uma analogia com o bolivarianismo que, no imaginário de parte dos cidadãos (elites e classes médias) é percebido como um símbolo de corrupção, anacronismo e autoritarismo.

1. Sobre o conceito de hegemonia

O conceito de hegemonia se origina na tradição marxista, demarcando uma inflexão no debate teórico acerca da relação entre estrutura econômica e superestrutura política, enfatizando a importância da última na configuração da teia de relações sociais que forma as diferentes comunidades distribuídas no tempo e no espaço. Com isso, a sociedade civil e a ideologia emergem, respectivamente, como espaço e ferramenta das lutas por poder. No entanto, embora tenha sido primeiramente formulada por Vladimir Lênin, é com Antonio Gramsci que a noção de hegemonia assume um papel central no interior do marxismo. As formulações dos dois autores seguem uma relação de continuidade, porém estão endereçadas a contextos históricos distintos.

Lênin se dirige, pois, a uma conjuntura política singular, marcada por convulsões sociais (a Revolução de Fevereiro, de 1917, que por sua vez, sucedeu a Revolução Russa de 1905) caracterizadas por dificuldades de organização por parte das forças políticas envolvidas, e pelo engajamento de um grande número de cidadãos militarizados (sobretudo após o envolvimento da Rússia na Primeira Guerra Mundial). Diante desse panorama, o autor compõe uma ode ao partido como estrutura de organização da ação coletiva, voltada à conquista do aparato estatal através das armas.

Gramsci, todavia, se endereça a um país cujas instituições do Estado e os partidos políticos encontram um grau de consolidação maior, enquanto a população comum se mantém relativamente pouco mobilizada, quando comparada ao caso russo. Nesse contexto, são os intelectuais que ganham destaque como instrumentos de irradiação ideológica em uma disputa por corações e mentes, cujo *locus* prioritário é a sociedade civil.

Saltando uma série de debates e reformulações do conceito, neste artigo nos atemos à apropriação realizada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau do conceito de hegemonia.

Dirigindo-se a panorama histórico e intelectual distinto marcado, no campo político, pelo fracasso do socialismo realmente existente e, no âmbito teórico, pela crítica aos pressupostos racionais e normativos que o estruturavam, os autores operam uma significativa engenharia conceitual. Em *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1985), observa-se a tentativa de alicerçar a dialética em um horizonte pós-fundacional, por meio da incorporação de um arcabouço filosófico alheio à tradição marxista, no qual se destaca a remissão à obra de Carl Schmitt, responsável por reforçar a ideia de antagonismo originalmente presente na noção de luta hegemônica. Nessa abordagem, a ideia de luta hegemônica e os sujeitos nela envolvidos são apresentados sem qualquer alusão a conteúdos, identidades ou essências transcendentais, sendo compreendidos, portanto, como o produto de um contexto histórico e linguístico particular, efêmero e instável por definição.

Ao assumir a categoria de pós-fundacionalismo, para definir seu horizonte epistemológico, Laclau e Mouffe pressupõem a possibilidade de retomar o ideal moderno de auto-afirmação (*self-assertion*) separando-o da noção de auto-fundação. Isto porque a ideia de auto-fundação pressupõe a capacidade da razão humana de encontrar fundamentos últimos para a existência, sendo, conseqüentemente, incompatível com a rejeição de suas bases metafísicas, essencialistas e universalizantes. Nesse esforço, os autores apresentam uma teoria acerca da formação dos sujeitos políticos despojada de qualquer essencialismo, na qual toda identidade se configura sob uma perspectiva relacional, isto é, através de uma relação de antagonismo. Sob esta perspectiva, a identidade de um sujeito não lhe é intrínseca, mas depende da relação que ele estabelece com outros termos num sistema de diferenças historicamente construído e instável, uma vez que, composto por estruturas discursivas (e sujeitos) antagônicas que impedem seu completo fechamento em uma só totalidade (ALVES, 2010, p. 89).

A hegemonia é, então, entendida como um atributo inerente à formação e transformação das comunidades políticas, surgindo como solução precária e provisória para uma crise na qual uma parte, que até então supunha preencher o vazio da totalidade deixa, de ser capaz de fazê-lo, sendo substituída por outra, conforme explicitado em *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*:

O conceito de hegemonia não emerge para definir um tipo novo de relação em sua identidade específica, mas para preencher um hiato aberto na cadeia da necessidade histórica. Hegemonia irá aludir a uma totalidade ausente e às diversas tentativas de recompô-la e rearticulá-la que, ao superar esta ausência originária, torna possível conferir às lutas um sentido e às forças históricas serem dotadas de plena positividade. Os contextos nos quais o conceito aparece serão aqueles de uma falta (no sentido geológico) de uma fissura que precisa ser preenchida, de uma contingência que precisa ser superada. Hegemonia não será o desdobramento majestoso de uma identidade, mas a resposta para uma crise (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 07 – tradução nossa).

Essa formulação recupera, portanto, a filosofia heideggeriana que concebe a existência como sendo marcada pelo *polemos*. Este, por sua vez, aparece como instância transhistórica que permite entender o "ser" como produto de lutas, isto é, antíteses ou fricções não amistosas por meio das quais são criados novos termos. Apesar de sua originalidade, Heidegger não é, todavia, a referência fundamental para os autores aqui estudados, Mouffe e Laclau, que concentram suas atenções sobretudo nas contribuições de Carl Schmitt. Incorporando o léxico schmittiano, os autores se veem perante de um universo político inelutavelmente constituído por fronteiras de antagonismo, no qual apenas os fenômenos de equivalência e diferenciação podem engendrar a formação de sujeitos políticos, constituídos de modo instável, precário e efêmero, através de uma *relação hegemônica*.

De acordo com esta abordagem, a ideia de equivalência, corresponde a uma simplificação do espaço político em dois campos antagônicos, cujas diferenças internas são subsumidas perante a centralidade do que é idêntico (idem p. 92). Já a ideia de diferença, ao contrário, tenderia a complexificar esse mesmo espaço, possibilitando assim a diversificação de sentidos e o pluralismo das identidades.

Ao apresentar uma ferramenta analítica capaz de simplificar a dimensão política a uma relação de hegemonia, entendida como antagonismo entre duas forças, este arcabouço teórico torna-se fundamental para os nossos propósitos neste artigo. Nesta medida, ele nos permitirá *achatar* dinâmica política brasileira, formada por inúmeros projetos de poder, levados a cabo por diferentes atores sociais, reduzindo-a à polarização entre o governo do Partido dos Trabalhadores e sua oposição – apesar das

semelhanças compartilhadas entre estes dois grupos e do seu alto grau de fragmentação interna. Tal operação, por sua vez, só é possível quando se parte do princípio de que a identidade desses dois grupos é definida de modo relacional, através das fronteiras de antagonismo formadas entre eles ao longo de um processo de disputa pelo poder, entendido pelo conceito de luta hegemônica. Portanto, o objetivo deste artigo é discutir o significado simbólico do bolivarianismo no contexto político brasileiro. Desta forma, com o uso que fazemos do conceito de hegemonia e bolivarianismo aqui, esperamos, entre outras coisas, poder:

- Recuperar o conceito de luta hegemônica, chamando atenção para suas sucessivas transformações no campo da teoria política.
- Demonstrar as particularidades do conceito de luta hegemônica como ferramenta analítica para o estudo de contextos políticos particulares.
- Demonstrar a pertinência do conceito de luta hegemônica para a análise do contexto político deflagrado, no Brasil, a partir da ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República.
- Observar, utilizando o bolivarianismo como marcador de radicalidade, quais temas e conjunturas em que a luta hegemônica, deflagrada entre governo e oposição no Brasil, atinge seus pontos mais agudos.

2. Ascensão de Chávez e a revolução bolivariana

Ao longo da última década do século XX, na América Latina, a adesão à proposta neoliberal de redução dos gastos públicos, se traduziu, no despontar do século XXI, em uma conjuntura de grave crise econômica e política. Compartilhada por parcelas da classe média e pelas classes populares, particularmente atingidas pelas consequências deletérias das investidas neoliberais, a rejeição aos discursos de austeridade manifestou-se, contudo, em diferentes graus. Em Venezuela, Bolívia e Equador, ela assumiu um espectro de singular radicalidade, eclodindo sob a forma de uma ativação do Poder Constituinte e assumida como um *proceso de cambio*.

Em outros países, tal insatisfação não adquiriu feições análogas, sendo a ideia de mudança amainada por compromissos com as elites tradicionais, em especial aquelas

identificadas com o capital financeiro. Nesses casos, notadamente Brasil e Chile, a reversão de algumas políticas de austeridade e a adoção de programas de transferência de renda foram o resultado de dinâmicas de barganha instauradas no plano da sociedade civil e em suas instâncias de representação, notadamente, o Poder Legislativo.

Não obstante, a vitória eleitoral de partidos de esquerda em vários países sul-americanos¹ – sobretudo Argentina (2003), Bolívia (2005), e Equador (2006) – fez surgir a percepção de que o *proceso de cambio* seria exportado para outros países da região. Aos olhos das elites econômicas sul-americanas, isso representava uma possível ameaça aos fluxos de capitais financeiros na região, tendo em vista uma conjuntura política instável e radicalizada, passível de afugentar investidores internacionais.

Nessa conjuntura, em virtude do protagonismo de Hugo Chávez no cenário regional, a revolução bolivariana, por ele capitaneada, insurge como símbolo de um projeto político alternativo e contra-hegemônico, face à tradicional ascendência econômica, política e ideológica dos Estados Unidos na América Latina. Sendo assim, como buscar-se-á demonstrar ao longo da pesquisa aqui delineada, o bolivarianismo passa a ser interpretado como um ideal de ruptura com relação aos interesses das elites nacionais e internacionais – em especial no que se refere às camadas sociais que se identificam ideológica e/ou economicamente com o capital financeiro internacional e com a hegemonia estadunidense na América Latina.

Tal simbologia, contudo, embora presente no processo eleitoral, só passou a ser determinante nos discursos chavistas decorridos os primeiros anos de seu governo, em especial, após o apoio dado pelo governo norte-americano ao golpe, deflagrado na Venezuela em abril de 2002 e às greves ocorridas em 2003. Isto por que, exceto pela condução da política petroleira², durante os cinco primeiros anos da administração

¹ Em 2000, dois anos após a vitória de Hugo Chávez na Venezuela, Ricardo Lagos do Partido Socialista do Chile, foi eleito. Em 2002, foi a vez de Lula, seguido por Néstor Kirchner que se elege presidente da Argentina, em 2003. Um ano depois, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, vence no Uruguai. Em 2005, foi a vez de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo. No ano seguinte, o equatoriano Rafael Correa do Pátria Altiva e Soberana, consagrou-se presidente, também derrotando lideranças políticas tradicionais. Por fim, em 2008, no Paraguai, Fernando Lugo, obtém uma inédita vitória sobre o Partido Colorado, no poder por mais de 60 anos.

² Quanto aos hidrocarbonetos, contudo, a ruptura é inegável. Operada através de uma estratégia dupla, ela visa o aumento do preço do petróleo e do controle da produção, de acordo com as recomendações da OPEP, e à reversão das medidas neoliberais empreendidas ao longo dos segundos mandatos de Carlos Andrés

Chávez, não teria havido nenhuma mudança significativa, condizente com a radicalidade discursiva (ainda que difusa) do período eleitoral. “A permanência como ministra da Fazenda, ao início do governo, de Maritza Izaguirre (nesta função desde o período final do mandato de Caldera) foi um sinal claro de que na esfera econômica não aconteceriam mudanças significativas” (LÓPEZ MAYA, 2009, p.304).

Por outro lado, esse arrefecimento surpreendeu aqueles que esperavam uma ruptura com os órgãos financeiros internacionais. Além de não ter declarado moratória e ter pagado pontualmente todas as parcelas referentes à dívida externa, o presidente encontrou-se diversas vezes com investidores internacionais para reassegurar o respeito à segurança jurídica e dar garantias de estabilidade política, evitando uma eventual fuga de capitais³.

Ainda assim, a oposição venezuelana ignorou as iniciativas de conciliação do governo e, passado o tumultuado período da constituinte venezuelana, entendido como uma clara vitória do chavismo, iniciou seu contra-ataque. No entanto, tendo em vista a fragorosa derrota dos partidos opositores nas eleições legislativas de 2000, esses optaram por estratégias insurrecionais ulteriores aos limites da legalidade. Somente após o fracasso nos episódios de 2002 e 2003, a oposição começa a se reorganizar em torno e uma nova estratégia para retirar Chávez do poder, agora estabelecida dentro dos marcos da legalidade. Aproveitando-se dos dispositivos institucionais introduzidos pelos *bolivarianos*, como parte da concepção de democracia *participativa* por eles advogada, é iniciada uma coleta de assinaturas para instaurar um referendo revogatório.

O resultado do referendo representou mais uma vitória do governo, cuja continuidade foi respaldada por 58,25% dos venezuelanos, contra 41% favoráveis a sua destituição. Sendo assim, depois de duas vitórias consecutivas, Chávez inicia um movimento de radicalização do *proceso de cambio* rumo a uma democracia participativa

Pérez e Rafael Caldera. Estas tiveram um impacto direto nos primeiros anos do governo Chávez, elevando os preços do barril, entre 1998 e 1999, aos menores níveis dos últimos cinquenta anos e, por conseguinte, a uma queda dramática nas receitas fiscais e a um aumento expressivo no desemprego.

³ Como explica Lander e Navarrete, a perspectiva de continuidade que marca os primeiros anos da Presidência de Chávez, sobre o perfil econômico herdado do governo anterior, pode ser ilustrada por duas decisões promulgadas com o propósito manifestar aos investidores o compromisso com a abertura e a transparência: a Lei de Promoção e Proteção do Investimento, de outubro de 1999, e a Lei Geral de Telecomunicações, de março de 2000 (LANDER, 2007, p.14).

e protagonista. Nesta medida, se a princípio o núcleo normativo do bolivarianismo foi uma ruptura em relação ao modelo de democracia *puntofijista*⁴, agora ressignificada através da ideia de *participação*, o propósito passa a ser estender essa ruptura ao plano econômico, substituindo o modelo capitalista por um novo ideal: o socialismo do século XXI. O conceito, delineado por Heinz Dieterich⁵, sociólogo alemão e professor da Universidade Autônoma do México, foi anunciado por Chávez, durante o Fórum Social Mundial de 2005, como novo norte das transformações na sociedade venezuelana. Propondo superar o fracasso do socialismo real, a ideia contemplaria uma sociedade pós-socialista, na qual os valores não seriam determinados arbitrariamente pelo mercado, mas democraticamente pelos trabalhadores.

Esta radicalização, acompanhada pelo recrudescimento das críticas internacionais ao governo, se eleva à medida que Chávez consolida e aprofunda a revolução bolivariana, que, a partir de 2010, passa a estar associada a uma guinada rumo ao Estado Comunal⁶. É durante esse processo, que o bolivarianismo se torna um antagonista prioritário de parte das elites econômicas sul-americanas, de um modo geral, e brasileira, em particular.

4 Em alusão ao ordenamento jurídicopolítico, estruturado pela Constituição de 1961 e originado no chamado *Pacto de Punto Fijo*, celebrado em 1958 na Quinta PuntoFijo – propriedade do líder copeiano Rafael Caldeira e localizada no bairro caraqueño de Sabana Grande – entre os líderes da AD (Rómulo Betancourt), do Copei (Caldeira) e da União Republicana Democrática (Jóvito Villalba).

5 Autor do livro *Der Sozialismus des 21. Jahrhunderts: Wirtschaft, Gesellschaft und Demokratie nach dem globalen Kapitalismus*, publicado em 1996.

6 A partir de 2010, a expressão *socialismo do século XXI* foi sendo substituída por uma acepção mais ortodoxa de socialismo, atrelada ao modelo comunal, descrito por Karl Marx em *A Guerra Civil na França*.

3. Bolivarianismo e luta hegemônica no Brasil

Diante da perspectiva de vir a assumir o poder no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) esforçou-se para afastar os temores que isso significava para a elite econômica brasileira, convencendo o “mercado” de que a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva não representaria uma ameaça aos interesses do capital. Com este intuito, em 22 de junho de 2002, há poucos meses da eleição presidencial, é publicada a *Carta ao Povo Brasileiro*. Conforme indicado na passagem abaixo, no documento, o então candidato alude ao mesmo ímpeto de mudança que reverberava por toda a América Latina, porém deixa claro que, caso vitorioso, seu partido não levaria a cabo uma ruptura radical, se comprometendo com a conciliação com as elites dominantes no país.

O Brasil quer mudar (...) Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme (...) O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo – Partido dos Trabalhadores⁷)

Para o PT, a conquista do Poder Executivo federal em 2002 representaria a consagração de uma história de sucesso nas urnas; para os eleitores do PT, a possibilidade de mudar o Brasil. Porém, para assegurar a governabilidade, o partido precisou assinalar que a ascensão de Lula representaria transformações na esfera social, mas com pouca ou nenhuma mudança substantiva em relação à política econômica. Em outras palavras, o PT precisou se comprometer que realizaria justiça social, mas não implementaria uma agenda socialista. A divulgação da Carta ao Povo Brasileiro é a evidência disto.⁸

⁷ Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. (acessado em 07/04/2015)

⁸ Esta decisão teve consequências dentro e fora do PT. O primeiro ano do governo Lula foi marcado por uma crise no interior do partido. O partido expulsou membros e sofreu dissidências, que levou à criação de um novo partido de esquerda: PSOL. À esquerda, a crítica é que, além de implementar políticas sociais focalizadas, o governo Lula manteve e até mesmo aprofundou a política econômica liberal do governo

As políticas sociais e econômicas de centro-esquerda adotadas pelo governo petista, contudo, não livraram partido de ser acusado por seus adversários à direita (em especial, PSDB e PFL/DEM) de tentar introduzir no Brasil políticas bolivarianistas. A oposição enquadrava as iniciativas como “bolivarianas” naquelas ocasiões em que, aos olhos de seus adversários, o PT ameaçou adotar políticas que contrariavam os interesses das elites econômicas. Procedendo desta forma, as lideranças oposicionistas e os grupos sociais com elas identificados, buscavam pontos de convergência entre o governo de Lula e de Chávez, acreditando que assim conseguiria desgastar a imagem do PT perante a opinião pública. Entendemos que, nesses contextos, o bolivarianismo foi uma ferramenta usada pela oposição ao governo para reprimir ou criticar políticas públicas que se afastam dos interesses do capital.⁹

Todavia, essa associação ultrapassa a temática econômica, uma vez que o bolivarianismo foi sendo construído como uma categoria atrelada a restrições nas liberdades civis e políticas. Nesse processo, os mecanismos de democracia direta, núcleo do conceito de democracia incorporado na Carta bolivariana de 1999, a relação do chavismo com a mídia local e com a oposição, bem como suas investidas não ortodoxas em âmbito econômico, foram os alvos preferenciais dos detratores do regime venezuelano, sendo amplamente utilizados para categorizá-lo como ditatorial. Um bom exemplo disso foi a visita dos senadores de oposição à Venezuela.

4. A visita dos senadores à Venezuela

Por que senadores tucanos lideraram uma comitiva de senadores brasileiros a Caracas para se encontrar com os líderes da oposição daquele País?

Desde o início deste século, a Venezuela tem despertado muita controvérsia. As mudanças no sistema político venezuelano e as intervenções do Estado na economia daquele País têm provocado, além da curiosidade, críticas de alguns e a defesa de outros. Se para os críticos, a Venezuela era uma semidemocracia com Hugo Chávez, com

tucano e que ele tanto havia criticado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

⁹ Esta é a hipótese que estamos testando com a pesquisa a qual nos referimos anteriormente.

Maduro, ela descambou de vez para a ditadura. Assim, a Venezuela tornou-se um símbolo de comunismo e de ditadura.

Nesta seção, vamos discutir o significado desta viagem na disputa política pela hegemonia no Brasil. A oposição justificou a viagem com o argumento de que o objetivo era “pressionar o governo do presidente Nicolás Maduro a libertar presos políticos e marcar eleições parlamentares”. Porém, sob a ótica da disputa política interna a viagem pareceria ter outros objetivos: desgastar ainda mais o governo petista e gerar notícias positivas para a oposição. Sobretudo para Aécio Neves, apontado pela imprensa brasileira como “líder” da comitiva. Este enquadramento era perfeito para quem desejava naquele momento aparecer como verdadeiro líder da oposição ao governo Dilma Rousseff. Desta perspectiva, a viagem foi um estrondoso sucesso. Pois, os fatos ocorridos durante a estada da comitiva em Caracas renderam à oposição e, sobretudo à Aécio, mais generosos espaços nos meios de comunicação com críticas e acusações ao governo. Dessa forma, o senador mineiro pretende atrair para si o voto do eleitor descontente com o governo e o PT. Portanto, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) foi feliz ao declarar que a oposição viajou “de olho na política interna brasileira.”

5. O contexto político venezuelano

Após a nomeação de Nicolás Maduro à Presidência, em abril de 2013, em meio à habitual contestação dos resultados eleitorais por parte de setores da oposição, uma série de manifestações intensas e violentas eclodiu pelo País. Em fevereiro de 2014, movimentos estudantis motivados, sobretudo, pelos altos índices de violência urbana, foram às ruas reivindicar melhores condições de segurança.

Desde 2008, incentivados pela única grande derrota de Hugo Chávez, em 2007 quando sua proposta de reforma constitucional foi rejeitada mediante referendo, os partidos opositores formaram a Mesa de Unidade Democrática (MUD), responsável por unificar suas estratégias eleitorais que a partir de então deveriam se manter nos marcos da legalidade.

Não obstante, no contexto da onda de manifestações de fevereiro de 2014, um setor opositor dissidente, posteriormente denominado como '*La Salida*', liderado,

por Leopoldo Lopez¹⁰ e María Corina Machado¹¹, passou a incitar a população a demandar a retirada de Nicolás Maduro do poder, através de um conjunto de acusações contra o governo. Dentre elas, cabe citar a cooptação dos meios de comunicação; a violação dos princípios da democracia e dos direitos humanos, devido a manutenção de práticas de tortura e sequestro e prisões arbitrárias por parte das forças públicas de segurança que estariam agindo sob motivação política.

Ainda que os anseios daqueles que foram às ruas sejam heterogêneos, o grupo encontrou adesão de grande parte da população, insatisfeita com a condução política e econômica do governo. De forma geral, o que caracteriza esta ala radical da oposição é a disposição de ir além do processo constitucional – que permite a saída do presidente via referendo¹²–, e efetuar sua destituição imediata, utilizando, para tanto, caso necessário, meios violentos de manifestação (GOULART, 2014).

No auge dos protestos de 2014, Leopoldo López teve sua prisão decretada, sendo seguido pelo ex-prefeito de San Cristóbal, Daniel Ceballos¹³, ambos acusados de incitar

10 Leopoldo López foi prefeito do município de Chacao, entre 2000 e 2008; fundou, em 2009, o partido opositor Vontade Popular - pertencente à MUD - e pode ser identificado, no interlúdio venezuelano aqui abordado, como um dos principais oponentes ao chavismo no país. Em 2002, quando Hugo Chávez foi subjulgado ao golpe de Estado, López foi acusado de estimular os manifestantes a marcharem até o Palácio de Miraflores (sede da presidência). Em seguida, o opositor, assim como diversos políticos ligados ao setor radical da oposição, assinou o “Decreto Carmona” - fomentado pelo empresário Pedro Carmona, que assumira a presidência do país, nos dois dias de duração do golpe. Tal medida instituiu a dissolução do Congresso, do Supremo Tribunal Federal, assim como outras medidas de exclusão.

11 María Corina Machado foi eleita deputada, em setembro de 2010, pelo partido Primeira Justiça. Ocupou este cargo até março de 2014, data em que o governo a destituiu, devido sua participação em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) como representante suplente do Panamá. Em julho de 2015, Machado foi impedida, pela Controladoria Geral da Venezuela, de exercer qualquer cargo público no período de um ano, acusada de abuso de poder. Cabe lembrar que a ex-deputada, é fundadora da Organização Não Governamental denominada “Súmate”, que recebe financiamento e possui estreitos vínculos com o governo dos Estados Unidos. Criada após o golpe de 2002 – explicitamente apoiado por Corina Machado mediante assinatura do “Decreto Carmona” – a ONG foi propulsora do referendo revogatório de 2004, no qual Chávez saiu vitorioso (JARDIM, 2006).

12 Segundo Pedrozo (2014. p.6), “[...] A alternativa constitucionalmente permitida seria o referendo revogatório, pelo qual qualquer funcionário público eleito pode ser destituído de seu cargo após consulta popular. Segundo o artigo 72 da Constituição Bolivariana da Venezuela, qualquer magistratura pode ser revogada com um referendo a partir de duas condições: ter o apoio de 25% do eleitorado e que o mandato a ser colocado em prova já tenha alcançado metade do tempo para o qual foi designado. [...]”. Dessa forma, Nicolás Maduro só poderia ser retirado da presidência a partir de Abril de 2016, uma vez que seu mandato se iniciou em Abril de 2013.

13 Daniel Ceballos foi deputado pelo Estado de Táchira, entre 2009 e 2012, e eleito prefeito de San Cristóbal em 2013. Líder do partido Vontade Popular, o opositor recebera denúncias propaladas através do Terceiro Tribunal de San Cristóbal, na época das manifestações, que o acusavam de descumprir medida cautelar na qual a prefeitura deveria impedir o fechamento e vias durante as manifestações.

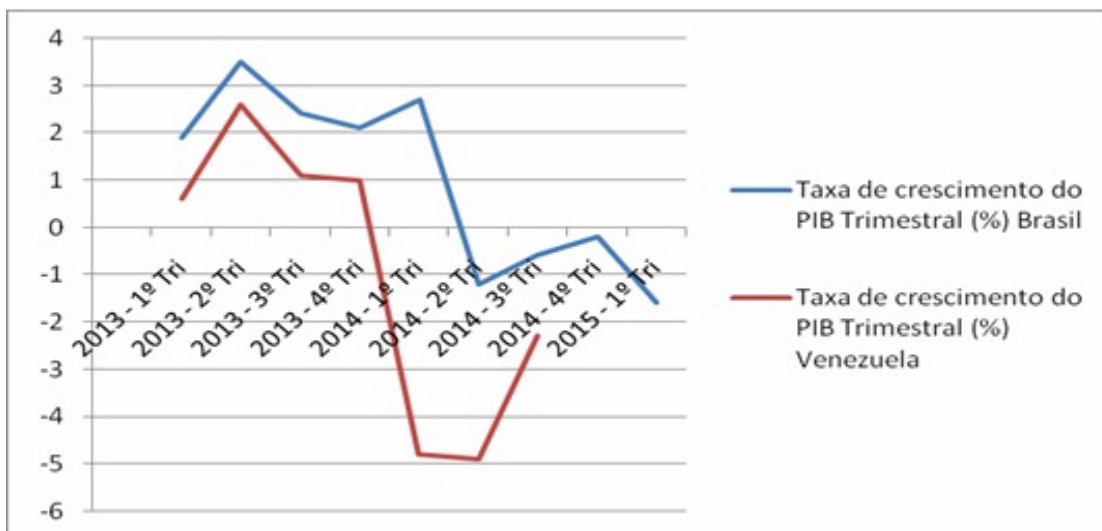
a violência nas manifestações ocorridas na época. Cerca de um ano depois e sob acusações análogas, o prefeito metropolitano de Caracas, membro do partido Alianza Bravo Pueblo e componente do “*La Salida*”, Antonio Ledezma, foi detido em 19 de fevereiro de 2015. Seu advogado e atores opositoristas interpretaram a ação como arbitrária, alegando que não havia ordem judicial e nem especificações das acusações para a efetivação da detenção.

Na tentativa de chamar atenção da opinião pública internacional, Leopoldo López iniciou, em 24 de maio, dois dias após Daniel Ceballos, uma greve de fome, reivindicando a libertação de seus companheiros; a convocação de eleições parlamentares – sendo estas fiscalizadas pela OEA e pela União Europeia; o fim da censura, etc. Outros dez opositores, dentre eles dois dirigentes do partido *Voluntad Popular* – Emilio Baduel e Alexander Tirado -, aderiram, também, ao ato. Um mês depois, devido ao estabelecimento, por parte do governo, da data das eleições legislativas, os opositores findaram a greve.

No tocante às queixas de López acerca da coibição de direitos básicos que sofrera na prisão, seu relato indica que fora submetido ao isolamento por meses, que suas correspondências foram embargadas e que é permanentemente gravado. No tocante às acusações de violação dos direitos humanos, o presidente do Poder Cidadão e Defensor do Povo da Venezuela, Tarek Saab, rebate as acusações afirmando que López se encontrava confinado em uma cela de 12 metros, e que, devido ao uso de aparelho telecomunicador – prática que transgride o regimento da prisão –, foi transferido para uma cela menor, que contava, contudo, com banheiro privado, cama, aparelho de microondas, televisão por satélite, geladeira, biblioteca, dentre outros quesitos (FERNANDES, 2015)...

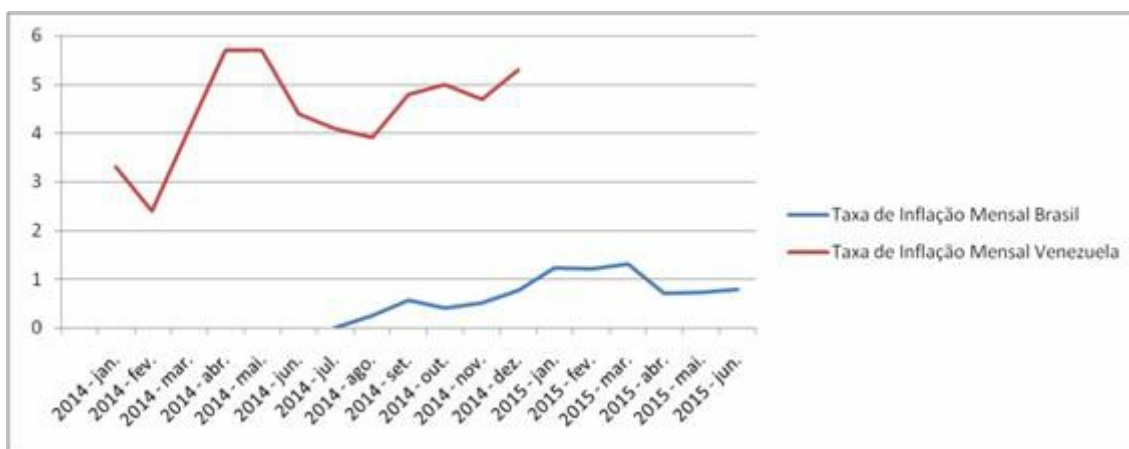
Em relação ao recrudescimento da dicotomia política na Venezuela, é importante salientar sua relação com uma grave conjuntura econômica marcada pelo agravamento da escassez de produtos importados em virtude da exponencial perda de valor real do bolívar (ainda que as taxas oficiais se mantenham artificialmente elevadas), pelas taxas negativas de crescimento do PIB (Gráfico 1) e pela flutuação das taxas de inflação (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB trimestral (%)



Fonte: Trading Economics (elaboração própria).

Gráfico 2 – Taxa mensal de inflação (%)



Fonte: Trading Economics (elaboração própria).

6. Rumo a Caracas

Foi no contexto descrito na seção anterior que uma comitiva de senadores brasileiros, liderada por Aécio Neves (PSDB) e Aluysio Nunes (PSDB), viajou até Caracas a fim de visitar os membros políticos detidos da oposição venezuelana. Também compuseram a delegação os senadores José Agripino (DEM), Cássio Cunha Lima (PSDB), Ronaldo Caiado (DEM), Ricardo Ferraço (PMDB), Sérgio Petecão (PSD) e José Medeiros (PPS). Assim como a greve de fome recém encerrada, a oposição alegava que o propósito da viagem era chamar a atenção da opinião pública internacional para as

irregularidades cometidas pelo governo da Venezuela ao efetuar a prisão dos opositores sem que houvesse uma condenação definitiva pela Justiça, além das reiteradas alegações de violações aos direitos humanos durante a estada dos políticos na prisão. Para a política interna, a viagem serviu para a oposição “denunciar” o governo brasileiro por sua suposta complacência perante a situação. Sob a mesma argumentação de omissão, a ONG Human Rights Watch (HRW), tradicional algoz do governo venezuelano, havia criticado os membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de serem omissos.

Bloqueados por manifestantes chavistas em protesto contra a intervenção estrangeira em uma questão nacional, a delegação brasileira não pôde efetivar seus propósitos e cumprir sua agenda. Ao retornar ao Brasil, Aécio Neves repudiou os supostos ataques aos senadores, atribuindo responsabilidades ao governo brasileiro, por não ter ido a seu socorro, e ao governo venezuelano, que teria demonstrado mais uma vez sua natureza autoritária e antidemocrática ao longo do episódio. O senador Aluysio Nunes alegou, também, que o governo venezuelano não autorizara o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) – utilizado pelos senadores – a efetuar o pouso em Caracas, questão que foi interpretada como uma recusa venezuelana à visita e que, inclusive, impulsionou contraposições, por parte de parlamentares brasileiros, à manutenção da Venezuela no Mercosul.¹⁴

Ao escolherem chamar atenção para o desrespeito aos direitos humanos na Venezuela, os senadores de oposição optaram por um tema estranho ao discurso dos partidos de centro e de direita brasileiros. No Brasil, questões relativas ao desrespeito aos direitos humanos são objeto de denúncia pelos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Além disso, conforme revela pesquisa recentemente realizada pelo cientista político e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Rogério Dutra,¹⁵ os governos tucanos de São Paulo e de Minas Gerais foram responsáveis pela maior política de encarceramento da história do País. O senador Aécio Neves se destaca nesse tocante. Ao longo de seu mandato como governador do

14 Em nota, a chancelaria venezuelana explicou que recebeu a solicitação um dia depois daquele informado pelo senador brasileiro Aluysio Nunes, e que a resposta positiva foi concedida duas horas após a chegada do pedido.

15 Ver: <http://opasmado.blogspot.com.br/2014/10/o-carcereiro-dos-pobres-gracas-aecio.html>

estado de Minas Gerais, a média de aumento da população carcerária foi de 416,67%, mais do triplo da nacional de 137,31%. Sendo assim, cabe ressaltar o contraste entre o ruído em torno do desrespeito operado pelo governo venezuelano ao devido processo legal durante a prisão de Lopez e Ledezma, e o silêncio perante o fato de que o estado por ele governado ao longo de dois mandatos consecutivos (2003-2010) ostentar o maior percentual de presos provisórios do Brasil – sendo que cerca da metade (43,95%), não possui qualquer condenação. São 20.350 pessoas a serem visitadas. Se o objetivo era chamar a atenção da comunidade internacional para a violação de direitos humanos e o desrespeito aos princípios democráticos, talvez fosse desnecessário ir à Caracas para falar sobre prisões arbitrárias.

Na semana seguinte à visita do grupo de senadores opositores à Venezuela, outra delegação, constituída desta vez por parlamentares governistas e liderada por Lindberg Farias (PT), visitou a Venezuela. Sob o argumento de verificar a situação institucional do país, essa comitiva – que também contou com a participação de Telmário Mota (PDT), Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Roberto Requião (PMDB) – reuniu-se com Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, com membros da coalizão opositora Mesada Unidade Democrática (MUD) e visitou a sede do partido opositorista *Voluntad Popular*. Os parlamentares, em suas reuniões, criticaram a postura da delegação anterior, e ao final do encontro, a senadora Vanessa Grazziotin reassegurou que o Senado brasileiro não tem o propósito de interferir na política doméstica venezuelana. A decisão do Senado de aprovar o requerimento criando um novo grupo foi explorado pelo senador Aécio Neves, que o rotulou de comissão “chapa branca”.

Ainda que exerça um importante papel de mediador nos conflitos regionais, desestimulando a eclosão de golpes de Estado e rupturas institucionais, o governo brasileiro não parece interessado em intervir na política doméstica da Venezuela. O PT, inclusive, por vezes concedeu manifestações de apoio ao ex-presidente Hugo Chávez, reafirmando a legitimidade democrática de seu governo perante as iniciativas insurrecionais da oposição apoiadas pela mídia, pelos Estados Unidos e por outros atores internacionais. Porém, este apoio jamais se desenvolveu sob a forma de uma adesão, por parte do governo, ao bolivarianismo, ainda que alguns setores do PT assim desejassem.

Isto não significa, contudo, que o chavismo não tenha impacto na política interna do Brasil. Sob esta perspectiva, a visita dos senadores brasileiros à Venezuela representa o ponto máximo de um fenômeno observado durante todo o governo do PT: o uso do bolivarianismo como objeto da luta hegemônica travada no Brasil entre o governo e a oposição. Embora o PT tenha sido esforçado-se para demonstrar que não era uma ameaça aos interesses da elite econômica ao longo dos 13 anos em que o partido esteve na Presidência da República, nas poucas ocasiões em que o governo ameaçou adotar iniciativas que contrariavam os interesses econômicos e políticos destas elites, ele foi alvo de críticas por parte da oposição que enquadrava tais iniciativas como “bolivarianas”.¹⁶

Procedendo desta forma, as lideranças oposicionistas e os grupos sociais com elas identificados buscavam pontos de convergência entre o governo brasileiro e venezuelano, com o intuito de desgastar a imagem do PT perante a opinião pública. Essa associação, todavia, ultrapassa a temática econômica, uma vez que o bolivarianismo foi sendo construído como uma categoria atrelada a restrições nas liberdades civis e políticas. Nesse processo, os mecanismos de democracia direta, núcleo do conceito de democracia incorporado na Carta bolivariana de 1999, a relação do chavismo com a mídia local e com a oposição, bem como suas investidas não ortodoxas em âmbito econômico, foram os alvos preferenciais dos detratores do regime venezuelano, sendo amplamente utilizados para categorizá-lo como ditatorial.

O caso da visita dos senadores capitaneados por Aécio Neves é exemplar deste tipo de estratégia. Aproveitando um momento de extrema fragilidade do governo, o líder da oposição utilizou o cenário oferecido pelo recrudescimento da polarização política e pela fragilidade das instituições representativas venezuelanas para mobilizar uma parcela da opinião pública brasileira, suscetível a analogias pejorativas com o chavismo e a críticas que questionem a adesão do PT a valores democráticos.

Considerações finais

¹⁶ Um exemplo disto foi o Decreto nº 7.037, de 2010, que lançou o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3).

Este artigo traz uma reflexão ainda preliminar sobre uma questão que os autores deste trabalho vêm estudando: o uso do termo bolivarianismo na disputa política brasileira durante o período que o PT ocupou a Presidência da República.

Como vimos, o termo teve origem na Venezuela, após a ascensão de Hugo Chávez ao poder. À medida que o conflito entre governo e oposição se acirrava e o processo político daquele país se radicalizava, o termo ia cada vez mais sendo associado à ideia de comunismo. Vale lembrar que, no vocabulário político das elites liberais e conservadoras latino-americanas, comunismo consiste numa ditadura atea e de esquerda, que, além de tolher todos os direitos civis dos cidadãos, os conduz a uma situação de atraso e pobreza.¹⁷ Quando empregado por um político liberal ou conservador no embate político, portanto, o termo visa desqualificar um ator (pessoa ou partido) perante uma parcela da sociedade.

No caso discutido aqui, percebeu-se claramente que o uso do termo “bolivarianismo” ou a tentativa de associar o governo do PT ao do PSUV tinha por finalidade desgastar o governo e reduzir o apoio dado ao PT. Houve, portanto, um cálculo político-eleitoral em todas as movimentações dos senadores opositoristas durante sua visita à Venezuela. Pois, se o que qualquer político almeja é, por um lado, manter seu eleitorado (os eleitores que votaram nele na última eleição) e, por outro, conquistar novos eleitores, o que implica também e principalmente tirar votos de seus oponentes. Este raciocínio é que explica a viagem.

Contudo, mais do que uma disputa eleitoral, o que está em jogo é muito mais do que isso. Consiste, na escolha de modelo econômico diferentes. Pois, ainda que o PT não tenha representado, tal como o PSUV, uma ameaça concreta aos interesses da elite econômica, o partido ainda representa a possibilidade de avanços mais profundos na melhoria dos indicadores sociais.

A fim de tornar mais sólidos os argumentos expostos aqui, analisaremos em trabalhos futuros as declarações nas quais se faz menção ao bolivarianismo e seus principais símbolos. Nesse tocante, serão analisados declarações e pronunciamentos

¹⁷ Na imprensa brasileira, por exemplo, Cuba é geralmente descrito como país pobre, atrasado e que é governado por um ditador.

oficiais e não oficiais, proferidos por lideranças partidárias e representantes políticos dos dois partidos governistas e opositoristas, mas, também daquelas lideranças políticas e sociais que compunham sua base de apoio no momento em que mobilizaram o bolivarianismo em seus atos de fala. Ademais, serão selecionadas as manifestações de intelectuais e personalidades de destaque na sociedade civil, associadas a um dos dois campos da relação hegemônica mencionada.

Nesta última etapa da pesquisa, serão coletados e sistematizados declarações proferidas por tais atores e arquivadas tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo, em âmbito nacional, e pelos veículos da mídia impressa brasileira (no caso, foram escolhidos, por questões logísticas, os jornais o Globo e o Estado de São Paulo). A partir desses dados, acreditamos que será possível indicar: os momentos em que essa mobilização foi mais frequente; os temas e as questões que a suscitaram; e os distintos significados assumidos pelo termo.

Desta forma, por conseguinte, averiguar-se-á a pertinência da hipótese que estrutura o presente trabalho, segundo a qual a alusão ao bolivarianismo serviria como marcador de radicalidade e recrudescimento da polarização entre o governo do PT e sua oposição, aqui enquadrada sob o conceito de luta hegemônica.

Referências bibliográficas:

ALVES, Ana Rodrigues C. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: *Lua Nova*, São Paulo, 80: p. 71-96, 2010.

ARDITI, Benjamin. Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics. In PANIZZA, Francisco (Ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London/New York: Verso, 2005, p. 73-104.

AYERBE, L. F. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: AYERBE, L.F (org). *Novas lideranças políticas e alternativas na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BONILLA-MOLINA, Luis y EL TROUDI, Haiman. *Historia de la Revolución Bolivariana Pequeña crónica 1940 -2004*. Caracas: Ediciones Gato Negro, 2004

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Gobiernos Progressistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiência Reciente em Argentina, Brasil e Chile. In:

Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: Agendas Alternativas ao Neoliberalismo. Rio de Janeiro: EDIÇÕES IUPERJ, 2008.

CILANO PELAÉZ, Johanna; CÓRDOVA JAIMES, Edgar y CHAGUACEDA, Armando. Participación ciudadana y reforma del estado en Venezuela: entender la política a través del ciudadano. In: *OSAL* nº 26, outubro. Buenos Aires: Clacso, 2009.

KALYVAS, Andreas. The democratic narcissus: the agonism of the ancients compared to that of the (post) moderns. In: SCHAAP, Andrew (ed). *Law and Agonistic Politics*. London, Ashgate, 2009 , p.15-43.

LACLAU, Ernesto, MOUFFE Chantal Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics. London/ New York: Verso, 1985.

_____ (ed). *The Making of the Political Identities*. London: Verso, 1994.

_____. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.

LISSIDINI, Alicia. La democracia directa en Venezuela: ¿democracia participativa o democracia plebiscitaria?. Centre for Research on Direct Democracy, C2D Working Paper Series 25/2008. <http://www.c2d.ch>. Acessado em janeiro de 2011.

LISSIDINI, A.; WELP, Y.; ZOVATTO, D. (Eds.). *Democracia directa en Latinoamérica*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Luta hegemônica na Venezuela. A crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Caracas: Alfadil, 2005. Edição em português atualizada com acréscimo do cap. 16, sobre a conjuntura política até 2009.

MOUFFE, Chantal. *The Return of the Political*. London – New York: Verso, 1993.

_____ (ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London – New York: Verso, 1999.

_____. *The Democratic Paradox*. London – New York: Verso, 2000.

_____. *Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism*. Vienna: Institute for Advanced Studies, 2000.

PANIZZA, Francisco. Populism and the Mirror of Democracy (Introdução). In PANIZZA, Francisco (Ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London/New York: Verso, 2005, p.5-40.